



OFÍCIO CONJUNTO CONASS/CONASEMS Nº.03/2007

Brasília, 28 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor Ministro

Conforme decisão da Comissão Intergestores Tripartite - CIT encaminhamos a relação de pendências para subsidiar as discussões da Câmara Técnica da CIT agendada para 31/05/2007.

Para facilitar as discussões os assuntos foram divididos em dois blocos, sendo que no bloco 1 estão indicadas as pactuações realizadas na CIT e não implementadas e o bloco 2 as demais pendências da Agenda da CIT. Após cada pendência, entre parênteses, está indicado o GT da CIT responsável pela discussão e proposição do tema.

Bloco 1: Pactuações realizadas na CIT e não implementadas:

1. Implantação efetiva dos blocos de financiamento. (Gestão de gestão e financiamento);
2. Implementação do Bloco de Gestão com ênfase na Qualificação da Gestão. (GT de Gestão e Financiamento);
3. Descentralização dos processos administrativos para a CIB. (GT de Gestão e Financiamento);
4. Portaria que regulamenta o fluxo Relatório de Gestão. (Sistema de Planejamento do SUS) (GT de Planejamento);



5. Portaria sobre repasse imediato dos recursos referentes ao Incentivo do Sistema de Planejamento do SUS. (Sistema de Planejamento do SUS) – (GT de Planejamento);
6. Portaria sobre repasse imediato dos recursos referentes aos complexos reguladores. (GT de Gestão e Financiamento);
7. Núcleos de atenção integral à saúde. (Atenção Primária) – (GT de Atenção à Saúde e GT de Gestão do SUS);
8. Constituição da Comissão Corregedora Tripartite do Sistema Nacional e Auditoria do SUS. (Portaria) – (Câmara Técnica da CIT);
9. Implementação dos recursos de Compensação das especificidades regionais. (5%) – (GT de Atenção à Saúde);
10. Publicação da portaria para operacionalização do repasse fundo a fundo dos blocos de financiamento – contas bancárias específicas. (GT de Gestão e Financiamento);
11. Problemas (financiamento, aplicabilidade e parâmetros) na implantação das Políticas de alta complexidade (Política Nacional de portadores de doença renal, Atenção Cardiovascular, Traumato-ortopedia, Atenção auditiva, Neurocirurgia, Atenção Oncológica). (GT de Atenção à Saúde e GT de Gestão);
12. Credenciamento de novos leitos de UTI ou reclassificação. (GT de Atenção à Saúde/GT Gestão e Gt de Financiamento);
13. Credenciamento de novos CEO's (GT de Atenção à Saúde/GT Gestão e Gt de Financiamento);
14. Credenciamento de novos SAMU's (GT de Atenção à Saúde/GT Gestão e Gt de Financiamento);
15. Habilitação de novas equipes de PSF (GT de Atenção à Saúde/GT Gestão e Gt de Financiamento);



16. Publicação das Portarias referentes aos projetos de cirurgias eletivas. (GT de Atenção à Saúde//GT Gestão e Gt de Financiamento);
17. Financiamento da Política de Atenção Domiciliar (GT de Atenção à Saúde/GT de Gestão e GT de Financiamento);
18. Política Nacional de Atenção à Saúde do Idoso. (GT de Atenção à Saúde/ GT de Gestão e GT de Financiamento);
19. Formação Técnica do Agente Comunitário de Saúde. (GT de Gestão do trabalho e educação em Saúde);
20. Projeto Cartão Nacional de Saúde. (GT de Atenção à Saúde e GT de Informação em saúde e Informática);
21. Sistema de Informação para Regulação do acesso – SISREG III. (GT de Atenção à Saúde/ GT de Gestão do SUS e GT de Informação em saúde e Informática);
22. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – PROSAÚDE e PROFORMAR (FUNASA) (GT de Gestão do trabalho e educação em Saúde);
23. Educação Permanente do SUS – revisão da Portaria 198 (GT de Gestão do trabalho e educação em Saúde);
24. Implementação do TELESÁUDE. (GT de Gestão do trabalho e educação em Saúde/GT de Atenção à Saúde);
25. Prestação de contas sobre a utilização dos recursos do componente da assistência farmacêutica básica por meio do Relatório de Gestão e não pelo SIFAB. (GT de Assistência Farmacêutica);
26. Revisão da Portaria 2084 que trata da Assistência Farmacêutica no SUS. (GT de Assistência Farmacêutica);
27. Contratualização da prestação de serviços no SUS dos Hospitais Filantrópicos. (GT de Gestão e Financiamento);



28. Revisão e Implementação da Contratualização da prestação de serviços no SUS de Pequeno Porte. (GT de Gestão e Financiamento);
29. Financiamento (investimento e custeio) das prioridades do Pacto pela Vida. (GT de Gestão e Financiamento);
30. Publicação da portaria do Termo de Ajuste Sanitário – TAS. (GT VS)
31. Estabelecimento da Consonância Normativa (revisão de toda a legislação à Luz do Pacto pela Saúde) (CT CIT);
32. Implantação da Política de Gestão de Ciência e Tecnologia (GT de ciência e tecnologia)
33. Efetivação do Sistema de Saúde Penitenciário;
34. Avaliação do Impacto da resolução N° 4 da CMED – Coeficiente de adequação de Preço na Assistência farmacêutica
35. Agenda tripartite de mobilização para regulamentação da EC 29 com responsabilidade sanitária.

Bloco 2: Pendências não pactuadas da Agenda da CIT

1. Possibilidade de remanejamento entre os blocos de recursos federais. (GT de Gestão e Financiamento);
2. Assistência Farmacêutica na área de Saúde Mental. (GT de Assistência Farmacêutica);
3. Financiamento da Política Pactuada para medicina natural e práticas complementares. (GT de Atenção à Saúde);
4. Implementação de Política Nacional de Urgência e Emergência com financiamento de custeio e investimentos, na perspectiva da integralidade, da atenção básica, passando pelo pré hospitalar fixo e móvel, ao hospitalar e reabilitação, incluindo atenção domiciliar.
5. Contratualização da prestação de serviços no SUS dos Universitários e Hospitais Públicos



6. Revisão da Contratualização dos procedimentos eletivos. (GT de Gestão e Financiamento);
7. Teor do Termo de Cooperação entre entes públicos. (CT CIT);
8. Transição de financiamento Faec para MAC (ex. TRS). (GT de Gestão e Financiamento);
9. Processo de reconhecimento das Regiões de Saúde interestaduais e de fronteiras. (GT de Gestão e Financiamento);
10. Contratação dos prestadores de serviços do SUS. (Portaria GM/MS 3277 de 26 de dezembro de 2006) (GT de Gestão e Financiamento);
11. Processo de monitoramento e avaliação do Pacto. (Câmara Técnica da CIT);
12. Unificação dos Pactos (Câmara Técnica da CIT);
13. Proposta de Redução das desigualdades regionais na alocação de recursos federais. (GT de Gestão e Financiamento);
14. Revisão dos limites financeiros de MAC, com ênfase par a Média Complexidade e a partir das linhas de cuidado; (GT de Gestão e Financiamento);
15. Pendências específicas da Terapia Renal Substitutiva – encontro de contas trimestral, novas propostas de financiamento; compensação financeira ágil. (GT de Atenção à Saúde e GT de Gestão do SUS);
16. Sustentabilidade da Estratégia de Saúde da Família, incluindo os Agentes comunitários de Saúde (GT de Atenção à Saúde / GT de gestão e GT de Gestão do trabalho e educação em Saúde);



17. Inserção da Saúde Indígena no Pacto pela Saúde. (GT de Gestão e financiamento);
18. Integração dos Sistemas de Informação (GT de Informação em saúde e Informática);
19. Reformulação do funcionamento da CIT como espaço para pactuação e como instância recursal e de solução de conflitos no SUS. (Câmara Técnica da CIT)
20. . Análise do impacto financeiro da Portaria GM/MS 2577/06 e da portaria que trata da assistência farmacêutica básica. (GT de Assistência Farmacêutica);
21. Desenvolvimento de propostas e estratégias para a Amazônia Legal considerando a singularidade e as especificidades da região. (GT de Gestão e Financiamento);
22. Discussão da Portaria que trata da utilização de recursos federais para complemento de tabela. (GT de Gestão e Financiamento);
23. Revisão do financiamento de políticas específicas: Saúde da Mulher, Saúde Mental, Saúde do Idoso, Saúde do Trabalhador, etc. (GT de Gestão e Financiamento);
24. Financiamento do Decreto Presidencial sobre equipamentos e insumos referentes aos diabéticos insulino-dependentes. (GT de Gestão e Financiamento);
25. Investimentos para o HumanizaSUS. (GT de Gestão e Financiamento);
26. Qualificação das redes de atenção à Saúde, com desenvolvimento de políticas regionais de saúde, incluindo investimento e qualificação da Atenção Básica para coordenação das mesmas, desenvolvimento e investimentos



em sistemas para sustentação das redes (logísticos, de apoio, transporte sanitário, comunicação, suprimentos, etc...) e contratualização da atenção básica pela média e alta complexidade. (GT de Atenção à Saúde e GT de Gestão e Financiamento);

27. Plano Nacional de Investimentos que considere os PDI's e PDR's
28. Descentralização da gestão da saúde suplementar na perspectiva da organização da rede de atenção
29. Viabilizar Políticas Regionalizadas para a Atenção Básica no processo de migração dos cadastros SIAB/CNES – sem cortes de recursos antes de definir modelos para organização da Atenção Básica;
30. Mudanças na lógica e nos valores de financiamento da Vigilância Sanitária, viabilizando a sua descentralização e suporte laboratorial. (GT VS);
31. Repasse de recursos financeiros a Estados e Municípios compromissado com regularidade e cronograma instituído;
32. Implementação do Pacto pela Saúde de forma tripartite com coordenação unificada

Atenciosamente,

Jurandi Frutuoso
Secretário Executivo do CONASS

José Enio Servilha Duarte
Secretário Executivo do CONASEMS



**Excelentíssimo Senhor
José Gomes Temporão
Ministro de Estado da Saúde**

Com cópia para Márcia Bassit
Secretária Executiva do Ministério da Saúde